



ANAIS DA VI SEMANA DE  
ECONOMIA UFJF GV

Volume 3 / Número 1

Novembro de 2021

ISSN: 2675-3278

# ANAIS DA VI SEMANA DE ECONOMIA UFJF GV

Volume 3 / Número 1  
ISSN: 2675-3278

Governador Valadares  
UFJF Campus GV  
2021

**AUTOR CORPORATIVO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Campus Governador Valadares  
Rua São Paulo, 745 - Centro  
Governador Valadares/MG - CEP: 35010-180

**CORPO EDITORIAL**

Prof. Dra. Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira  
Prof. Dr. Luiz Antônio de Lima Junior

**ORGANIZAÇÃO**

Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca UFJF/GV**

VI Semana de Economia UFJF/GV (v.3/nº 1: 2021: Governador Valadares, MG).

Anais [recurso eletrônico] / VI Semana de Economia UFJF GV, 08 e 10 de novembro de 2021 em Governador Valadares, MG —, UFJF GV, 2021.

Disponível em: [www.ufjf.br/semecogv](http://www.ufjf.br/semecogv)

Inclui referências

1. Economia – Eventos. 2. Governador Valadares. I Universidade Federal de Juiz de Fora campus avançado Governador Valadares. II Título.

CDU 33

## Sumário

CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO AGRÍCOLA DURANTE A TRANSIÇÃO DO NAFTA PARA O USMCA .....	1
CULTURA, CINEMA E ECONOMIA: PENSANDO OS DESAFIOS DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO.....	3
MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS E SEUS EFEITOS NAS IMPORTAÇÕES AGRÍCOLAS MUNDIAIS .....	5
O DIREITO DO TRABALHO E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: UM DIÁLOGO FRENTE AO FENÔMENO DA SUBPROLETARIZAÇÃO.....	7
PANORAMA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	9
RADAR DA POLÍTICA COMERCIAL – RPC .....	11

## **CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO AGRÍCOLA DURANTE A TRANSIÇÃO DO NAFTA PARA O USMCA**

Sandro Emílio Feitosa Alves Filho<sup>1</sup>

Mateus Moreira de Jesus Ferreira<sup>2</sup>

Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira<sup>3</sup>

Dentre os diversos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) existentes, o North American Free Trade Agreement (NAFTA) figurou entre os mais importantes. Quando entrou em vigor, o comércio de mercadorias entre os três países (EUA, México e Canadá) subiu de 293 bilhões de dólares, em 1993, para mais de 1,1 trilhão de dólares, em 2016 (SERRANO, 2019). No entanto, em 2017, iniciou-se uma onda de negociações para mudar o acordo, o qual era considerado prejudicial segundo a atual administração governamental norte americana. Um novo acordo comercial, o USMCA, foi assinado em outubro de 2018, com vistas a substituir o NAFTA entrando em vigor em julho de 2020.

Portanto, o presente trabalho teve por objetivo realizar uma avaliação da transição NAFTA/USMCA, verificando se o acordo contribui para um enriquecimento do comércio internacional agrícola, gerando criação de comércio, ou gerou ineficiências alocativas, provocando desvio de comércio. Conforme Baumann e Gonçalves (2015), a criação seria substituição de parte da produção nacional por semelhante proveniente do país parceiro a custos mais baixos. Já o desvio, a substituição de bens mais baratos provenientes de outros países (que ficam mais caros pela tarifa) por produtos do país membro do APC.

Foram estimadas equações gravitacionais de comércio (Yotov et al 2016), conforme introduzido por Endoh (1999), com dados referentes às exportações bilaterais mundiais de bens agrícolas nos anos de 2016 e 2019, obtidos no World Integrated Trade Solution (WITS, 2020) e na Food and Agriculture Organization (FAO, 2020).

Os resultados demonstraram que: 1) o NAFTA/USMCA foi responsável por criação líquida de comércio no período; 2) o comércio intrabloco reduziu de 2016 para 2019,

---

<sup>1</sup> Graduado em ciências econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, Brasil; E-mail: sandro.emilio@outlook.com.

<sup>2</sup> Graduando em ciências econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, Brasil; E-mail: moreira.mateus@outlook.com.

<sup>3</sup> Doutora em Economia Aplicada pelo PPGEA/DER/UFV; Professora na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, Brasil; Pesquisadora do Econúcleo – Estudos socioeconômicos; E-mail: carolina.correa@ufjf.edu.br.

supostamente devido à turbulência do processo de transição e; 3) elevação do comércio extrabloco, ao encontro do resultado anterior.

Destarte, concluir-se que, o APC mostrou-se benéfico ao fluxo de bens agrícolas ao considerar a criação líquida de comércio, apesar do período de turbulência gerado pela renegociação do acordo.

#### Referências

BAUMANN, R.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. **Elsevier**, 2015.

ENDOH, Masahiro. Trade creation and trade diversion in the EEC, the LAFTA and the CMEA: 1960-1994. **Applied Economics**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 207-216, fev. 1999.

FAO: **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SERRANO, Filipe. Câmara dos EUA aprova acordo comercial substituto do Nafta. **Exame**, [S. l.], p. 1-2, 19 dez. 2019.

YOTOV, Y. V. et al. **An Advanced Guide to Trade Policy Analysis: The Structural Gravity**. Online Revised Version. [S. l.: s. n.], 2016.

WITS. **World Integrated Trade Solution**. 2021. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

**CULTURA, CINEMA E ECONOMIA: PENSANDO OS DESAFIOS DO  
SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE  
PESQUISA E EXTENSÃO**

Gabriel Araújo Souza<sup>4</sup>  
Patrik Salviano de Oliveira<sup>5</sup>  
Rafael Afonso de Souza<sup>6</sup>  
Felipe Nogueira da Cruz<sup>7</sup>

O presente trabalho tem por objetivo estudar o pensamento de Celso Furtado a partir da experiência da extensão universitária no âmbito dos projetos “Ecos na Cidade” e “Ecos no Cinema”, que realizam debates com a comunidade de Governador Valadares a partir da exibição de filmes e documentários. Devido à pandemia de Covid-19, muitas universidades se viram obrigadas a suspender suas atividades presenciais a partir de março de 2020. Neste contexto, os dois projetos desenvolveram suas atividades de maneira remota, construindo o espaço necessário para o diálogo entre o público acadêmico e a comunidade externa. Entre os assuntos de maior destaque discutidos, encontra-se a cultura como uma das vigas mestras para se entender os desafios econômicos, políticos e sociais do país.

No intuito de elucidar os problemas nacionais, agravados pela pandemia, recorreu-se à interface entre pesquisa e extensão, contando com as contribuições de Celso Furtado para a teoria do (sub)desenvolvimento, chamando a atenção para o papel da cultura na estrutura socioeconômica brasileira. Furtado (1974, 1978) o faz por meio de sua crítica ao modelo de subdesenvolvimento fomentado pelas potências globais, bem como à ideia de progresso como motor do desenvolvimento para os países da periferia do capitalismo, especialmente as nações latino-americanas que não têm as mesmas condições econômicas e mesmo socioculturais para desenvolver as tecnologias e a conformidade social compatível com o padrão de consumo característico do centro capitalista.

---

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares. E-mail: araujo.gabriel@estudante.ufjf.br.

<sup>5</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares. E-mail: patrik.salviano@estudante.ufjf.br.

<sup>6</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares. E-mail: rafa.souza@estudante.ufjf.br.

<sup>7</sup> Doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp. Docente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares. E-mail: felipe.cruz@ufjf.edu.br.

Na visão de Furtado (1978, 1984), a cultura é um poderoso meio de dominação das potências mundiais que podem nublar as emergências sociais de um país profundamente desigual, como é o caso do Brasil. Mas, como poderosa que é, a cultura pode também tornar um povo cada vez mais crítico quanto à sua posição na vida social e aos interesses do capital. Como afirma o autor em seu livro “O mito do desenvolvimento econômico”, mesmo o acesso à cultura é cerceado à medida em que os salários pagos aos trabalhadores estão limitados aos seus gastos com subsistência (FURTADO, 1974).

#### Referências

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e dependência em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



## MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS E SEUS EFEITOS NAS IMPORTAÇÕES AGRÍCOLAS MUNDIAIS

Mateus Moreira de Jesus Ferreira<sup>8</sup>

Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira<sup>9</sup>

Apesar de seu caráter científico e objetivo principal de proteger a saúde humana e o meio ambiente, as medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) podem caracterizar barreiras comerciais, as quais prejudicam o comércio entre países e as diversas iniciativas e propostas de liberalização do comércio. Por outro lado, as mesmas podem ser grandes aliadas ao comércio internacional, apresentando-se como facilitadoras de comércio devido à redução da assimetria de informações sobre os produtos originados de diferentes países.

Dada essa natureza ambígua dos efeitos das medidas SPS, o presente trabalho teve por objetivo avaliar o impacto das mesmas sobre as exportações mundiais de produtos agrícolas durante o período de 2000 a 2016 e se seus efeitos diferem para países considerados avançados e emergentes, através de um modelo gravitacional, estimado por *Poisson Pseudo Maximum Likelihood (PPML)*, conforme Yotov et al (2016). Esperava-se que essas medidas fossem restritivas para países emergentes e facilitadoras para avançados.

A análise descritiva dos dados mostrou que, durante o período, as medidas SPS seguiram uma tendência crescente, houve uma predominância de medidas do tipo regular e de abrangência não-discriminatória, ou seja, a maioria afetou todos os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em relação aos principais emissores de medidas, destacaram-se grandes exportadores de commodities agrícolas, como o Brasil, e países desenvolvidos, junto com o bloco europeu, além da China.

Os resultados mostraram que, ao contrário do esperado, as medidas foram significativas e positivas tanto para os países avançados quanto para os países emergentes, apesar de em menor escala para os primeiros. Uma possível explicação para esse resultado é que a padronização eleva a confiança dos consumidores nos produtos, bem como reduziram as assimetrias de informação, conforme apontado por trabalhos anteriores (MOENIUS, 2004; ROBERTS, JOSLING E ORDEN, 1999). Como consequência, as demandas aumentaram relativamente mais que os custos de adequação. Com relação à diferença entre avançados e

---

<sup>8</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV. E-mail: moreira.mateus@outlook.com.

<sup>9</sup> Doutora em economia pelo PPGEA/UFV. Docente do dpto. de economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV. E-mail: carolina.ufjf@gmail.com.

emergentes, isso pode ser explicado pelo fato de que os produtos oriundos de países avançados já seriam mais confiáveis que aqueles de países emergentes, sendo o ganho de informação menor com as medidas SPS.

#### Referências

MOENIUS, J. **Information versus product adaptation: The Role of Standards in Trade**. Kellogg School of Management, Northwestern University, 2004, Working Paper. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=608022>>. Acesso em outubro de 2020.

ROBERTS, D.; JOSLING, T. E.; ORDEN, D. A framework for analyzing technical trade barriers in agricultural markets. **Technical Bulletin**, nº. 1876, 1999.

YOTOV, Y. V., PIERMARTINI, R., MONTEIRO, J. A., LARCH, M. **An advanced guide to trade policy analysis: The structural gravity model**. Geneva: World Trade Organization, 2016. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/booksp\\_e/advancedwtounctad2016\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/advancedwtounctad2016_e.pdf)>.

## **O DIREITO DO TRABALHO E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: UM DIÁLOGO FRENTE AO FENÔMENO DA SUBPROLETARIZAÇÃO<sup>10</sup>**

Isabelle Vieira Barros<sup>11</sup>

Ketlen Eli de Araújo<sup>12</sup>

O presente trabalho visa analisar os impactos da revolução tecnológica e das disparidades no padrão de desenvolvimento econômico, à nível global, para a seara trabalhista. Para isso, parte-se do marco teórico de Ricardo Antunes relativamente à ideia de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho condicionaram a uma objetivação do processo de produção, que não está mais condicionado pela quantidade de tempo ou de força de trabalho empregado, mas sim das condições gerais de desenvolvimento científico e tecnológico. A partir disso, é possível observar uma nova estruturação em relação à funcionalização e sistematização do processo produtivo, que está mais voltado à flexibilização e mobilidade das atividades trabalhistas, bem como a alterações contundentes nas dinâmicas empregatícias da classe operária industrial, que está bem mais diminuta, em contraposição ao setor de serviços, que cresceu concomitantemente à subproletarização dos trabalhadores e à precarização das atividades laborais.

Metodologicamente, a pesquisa qualitativa bibliográfica vale-se de fontes doutrinárias e jurisprudenciais com vistas à investigação crítico-reflexiva das transformações ocorridas no mundo do trabalho bem como de suas consequências para a classe trabalhadora e para a legislação específica.

Por meio das pesquisas realizadas, pode-se verificar um aumento significativo da subproletarização e da precarização das atividades laborais no setor de serviços. Deve-se, a isso, as mudanças advindas nos processos produtivos, que estão atrelados tanto à revolução tecnológica quanto à estruturação das relações centro-periferia, no qual se assume que predominam nos centros econômicos as atividades voltadas ao controle das cadeias produtivas e o protagonismo na criação de novas tecnologias, enquanto a periferia estaria subordinada à apropriação desse excedente econômico. Nesse sentido, as ações políticas determinadas teriam como objetivo não somente acompanhar e assegurar que as legislações específicas abarquem

---

<sup>10</sup> Artigo desenvolvido como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Direito Individual do Trabalho do Curso de Direito da UFJF, Campus Avançado Governador Valadares, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cynthia Lessa da Costa.

<sup>11</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: isabellebarros01@hotmail.com.

<sup>12</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ketlen.araujo@estudante.ufjf.br.

as novas dinâmicas de trabalho visualizadas, como também dar respostas positivas do Estado para assegurar que o processo contínuo de demanda por qualificação não acompanhe um processo acentuado de desqualificação daqueles imersos no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª ed. Campinas: EDITORA DA UNICAMP, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalhar para um futuro melhor:** Comissão Mundial sobre o futuro do trabalho. Tradução: OIT-Brasília. Lisboa: OIT, 2019.

POCHMANN, Marcio. **Economia Global e a Nova Divisão Internacional do Trabalho.** Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 1997. Mimeografado.

## PANORAMA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Laís Oliveira Bragança<sup>13</sup>

Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira<sup>14</sup>

O cenário no mercado de trabalho, quando se trata de pessoas com deficiência (PCDs), ainda é um assunto que demanda um profundo debate e políticas de inclusão. A persistente baixa inclusão dessas pessoas em vínculos empregatícios, conforme destacam Garcia e Maia (2014), demonstra uma sociedade despreparada para receber e abranger esse grupo no ambiente corporativo, ainda que existam ações afirmativas e políticas para tal.

Tendo em vista os diversos obstáculos e desafios que as PCDs enfrentam, bem como a necessidade de garantir autonomia e acessibilidade às mesmas, o presente trabalho tem como objetivo, através de uma análise descritiva de dados, avaliar a evolução da inclusão e dos rendimentos das PCDs no mercado de trabalho brasileiro. Espera-se que, em comparação com aquelas sem deficiência, a taxa de desemprego das PCDs seja expressivamente maior, com provável redução da disparidade ao longo do tempo devido a lei de cotas e incentivos governamentais pró inclusão. Em relação aos rendimentos, acredita-se que sejam inferiores em relação à população sem deficiência, dado o difícil acesso das PCDs à qualificação.

Mincer (1958) destaca que o investimento em educação (capital humano) favorece o trabalho, aumenta o potencial produtivo do indivíduo e, conseqüentemente, sua remuneração. Portanto, quanto maior for a taxa de escolaridade do indivíduo, maior será seu rendimento, bem como a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Jones (2008) destaca a questão do grau de deficiência do indivíduo, que poderá limitar a quantidade de horas trabalhadas da PCD, bem como qual atividade será executada por ela. Ademais, a discriminação contra a pessoa com deficiência tende a fazer com que ela fique mais restrita ao acesso à educação e outras oportunidades, sendo assim, ela estará propícia a certas dificuldades durante sua especialização profissional que, por muitas vezes, pode nem vir a acontecer.

---

<sup>13</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares. E-mail: laisbrag28@gmail.com.

<sup>14</sup> Doutora em Economia Aplicada pelo PPGEA/DER/UFV. Professora adjunta do departamento de economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares. Pesquisadora do Econúcleo – Estudos Socioeconômicos. E-mail: carolina.correa@ufjf.edu.br.

Por fim, no presente estudo, busca-se apresentar um panorama sobre a evolução dos vínculos formais de trabalho das pessoas com deficiência no período de 2007 a 2019. Para tanto, realizar-se-á um estudo exploratório descritivo utilizando dados secundários disponibilizados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2021). Os dados compreendem o período de 2007 à 2019, sendo a extração realizada em 31 de dezembro de cada ano. Assim, será possível avaliar a evolução da inclusão, rendimentos e cargos conquistados por pessoas com deficiência ao longo do período entre 2007 e 2019.

## REFERÊNCIAS

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. **Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro.** Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2014, v. 31, n. 2 [Acessado 29 Outubro 2021], pp. 395-418. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200008>>. Epub 23 Jan 2015. ISSN 1980-5519. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200008>.

MINCER, JACOB. **“Investment in Human Capital and Personal Income Distribution.”** Journal of Political Economy, vol. 66, no. 4, University of Chicago Press, 1958, pp. 281–302, <http://www.jstor.org/stable/1827422>.

JONES, M. K. 2008. **“Disability and the labour market: a review of the empirical evidence”.** Journal of Economic Studies 35(5): 405 – 424.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais.** Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/> Acesso em: 02 de novembro de 2021.

## **RADAR DA POLÍTICA COMERCIAL – RPC**

Letícia Ferreira de Souza<sup>15</sup>

Eduarda Vitória Pinho Cardoso<sup>16</sup>

Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira<sup>17</sup>

O Radar da Política Comercial (RPC) é um projeto de extensão do departamento de economia da UFJF campus Governador Valadares e busca acompanhar periodicamente a adoção de medidas não-tarifárias ao comércio internacional por países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo é facilitar o conhecimento e a compreensão das medidas pelos exportadores e importadores de Governador Valadares e de todo o Brasil, permitindo que estes possam se adequar as mesmas. O projeto também tem como escopo o acompanhamento e análise da balança comercial valadarense, visando dar maior destaque ao comércio internacional da região. Por fim, o RPC almeja trazer informação e capacitação aos empresários participantes do comércio internacional, bem como para aqueles que desejam ingressar nesse mercado.

Para tanto, são coletadas as novas barreiras não-tarifárias emitidas pelos países para todos os produtos, em periodicidade bimestral, no banco de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2021). De posse dessas informações, tais medidas são traduzidas para português, analisadas e assim compiladas de forma a tornar mais fácil a compreensão do conteúdo das mesmas. Além disso, são analisados dados de importação e exportação da região de Governador Valadares, gerando informações como saldo da balança comercial, principais produtos comercializados, importância do setor na economia regional, entre outras. Tais informações são retiradas do Ministério da Economia (2021).

No que tange às medidas comerciais, de abril de 2020 a fevereiro de 2021, observou-se uma prevalência de barreiras técnicas ao comércio (TBT) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS). De um total de 3968 medidas iniciadas, 2242 foram TBT e 1726 foram SPS. Segundo a OMC (2018), TBTs são mecanismos de defesa são impostas a fim de se prevenir contra práticas

---

<sup>15</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV. Email: leticiaferreiraeco@gmail.com.

<sup>16</sup> Graduanda em Ciência Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV. Email: eduardavpc13@gmail.com.

<sup>17</sup> Doutora em Economia Aplicada pelo PPGEA/DER/UFV. Professora adjunta do departamento de economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV. Pesquisadora do Econúcleo – Estudos Socioeconômicos. E-mail: carolina.correa@ufjf.edu.br.

enganosas, danos à saúde humana, animal e vegetal, bem como danos ao meio ambiente. Já SPSs são barreiras ao comércio que visam proteger tanto a vida humana e animal quanto a proteção vegetal. As sanitárias têm por objetivo resguardar a vida humana e animal contra riscos provenientes de contaminantes, aditivos, toxinas, agrotóxicos, bem como a proteção contra pestes e organismos causadores de doenças. Já as fitossanitárias referem-se à proteção de plantas e frutas de doenças e pestes.

Com relação à balança comercial valadarense, no mesmo período, os bem mais exportados foram produtos básicos e semimanufaturados e mais importados foram os industrializados. Destaca-se o comércio externo de pedras preciosas, proeminente na região. O total exportado no período foi de US \$3.965.863,33 milhões, enquanto o importado foi de US \$4.064.261,80 milhões.

Os resultados completos desse trabalho são amplamente divulgados via website para toda a população (RPC, 2021). Os boletins estão em constante atualização visto que o projeto, com início em 2017, foi renovado em 2021.

#### Referências:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Balança comercial**. Disponível em: <[https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg\\_principal\\_bc/principaisresultados.htm](https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principaisresultados.htm)>. Acesso em outubro de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **World Trade Organization**. Disponível em: <<https://www.wto.org/index.htm/>>. Acesso em: 15 out 2021

RPC GV. **Radar da Política Comercial**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rpcgv/>>. Acesso em: 15 out 2021.